

## TIPOLOGIA DOS ATLAS LINGÜÍSTICOS: proposta de (re)categorização para o contexto brasileiro

Greize Alves da Silva\*  
Valter Pereira Romano\*\*

- **RESUMO:** A vasta extensão geoespacial do território brasileiro, combinada com a pluralidade linguística e social, impõe desafios à criação de atlas linguísticos, apresentando uma diversidade complexa para aqueles que buscam descrever as múltiplas facetas do português e das demais línguas, por meio da Geolinguística. Após 1996, ano de lançamento do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), observa-se um crescimento robusto na feitura de atlas, desenvolvidos como teses ou dissertações, possibilitado a partir de uma base sólida de trabalho geolinguístico. Ademais, é notável também que a Geolinguística no Brasil tem tomado contornos de área de interesse, e não mais como um método auxiliar da Dialetologia. A partir desses apontamentos e do crescimento da produção de atlas linguísticos com diferentes perspectivas, o objetivo deste estudo é propor uma (re)classificação tipológica que amplia a proposta de Alinei (1994), voltada aos atlas europeus, de quatro para oito categorias: continentais, grupos de línguas, nacionais, regionais, estaduais, de pequeno domínio/locais, contatuais/fronteiriços e de rotas histórico-linguísticas, de acordo com o escopo e finalidade dessas obras. Para essa tarefa, utilizou-se, metodologicamente, levantamento bibliográfico com objetivo crítico-descritivo, analisando obras geolinguísticas canônicas e contemporâneas, com destaque para produções da família românica.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Geolinguística; Atlas Linguísticos; (Re)classificação dos atlas linguísticos brasileiros.

---

\* Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil. Professora. greize\_silva@mail.uft.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2589-6750>

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, SC, Brasil. Professor. valter.pereira.romano@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8882-3188>

## Apontamentos introdutórios

A Geolinguística tem emergido no Brasil como uma área de interesse dentro dos estudos dialetológicos, desvinculando-se em grande medida do papel secundário que costumava ocupar como método auxiliar da Dialetologia, transformação respaldada a partir da mobilização do aparato teórico-metodológico oriundo de várias áreas, como a Geografia, a Cartografia Temática, a História, a Antropologia e as Ciências da Computação. Assim, a Geolinguística desenvolveu seus próprios métodos e instrumentos para a coleta, seleção e organização dos dados linguísticos (Romano, 2014), na perspectiva da interrelação entre língua e espaço em um mesmo plano cartográfico unificado e principalmente diatópico.

É no sentido descrito e a partir das observações teóricas e práticas observadas em solo brasileiro, principalmente, que se pode afirmar que a Geolinguística no país trilhou seu próprio caminho, distanciando-se do modelo realizado em países europeus. Essa cisão teve sua origem, sobretudo, na observação de que o Brasil possui especificidades geográficas, históricas e sociais e, conseqüentemente, a feitura de atlas linguísticos precisa obedecer a uma lógica interna, nacional e identitária, de modo a contemplar a própria história da língua.

Para Romano (2020) e Silva e Romano (2022), a Geolinguística recebeu contornos teórico-metodológicos mais sólidos a partir da fundação do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), por meio da sedimentação de uma metodologia baseada na pesquisa *in loco*, com questionários semiestruturados e proposta cartográfica abarcando diferentes nuances do português brasileiro. Além do atlas nacional, decorrido aproximadamente seis décadas da publicação do primeiro atlas estadual, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB (Rossi *et al.*, 1963), atualmente quase todo o território é recoberto por atlas das unidades federativas, sem contar com uma infinidade de trabalhos de pequeno domínio, que alargam a compreensão dos fenômenos dialetais circunscritos a pequenas localidades.

Outra reflexão que merece ser reafirmada é a de que a Geolinguística busca prioritariamente a variação diatópica, ou seja, a distribuição espacial das variantes linguísticas (léxicas, fonético-fonológicas e morfossintáticas) na superfície de um mapa, oportunizada pelos atlas. Os aspectos sociais e outras dimensões, como os contrastes binários entre as variáveis sexo, idade e escolaridade, são derivados, em segunda instância, dessa macrovisão diatópica. Para isso, a cartografia precisa ser legível ao consulente, uma vez que, no primeiro plano, à primeira observação, o leitor deve ser capaz de inferir a distribuição das formas dialetais captadas por ponto de coleta (inquéritos) e, em uma segunda observação, depreender as variantes por recorte social, por exemplo. O problema da cartografia dialetal não é a invenção de signos para a interpretação dos fenômenos, uma vez que a Cartografia Temática já comporta todo esse aparato (cores, disposição, gradação), mas em como utilizar e dispor todo esse material de forma que o leitor consiga interpretar (Thun, 2010, p. 1).

Diante dos apontamentos e a partir do estudo sistemático de importantes compêndios sobre Dialetologia e Geolinguística, principalmente sobre a subfamília românica, conforme aparece em Pop (1950), Jordan (1962), Coseriu (1977), Chambers e Trudgill (1980), Wouk (1981) e Veny (1986); além das obras de referência que tratam especificamente da Geolinguística brasileira<sup>1</sup>, observou-se que não é tradicional no Brasil a confecção de manuais ou compêndios teóricos sobre Dialetologia e do fazer geolinguístico, pois há uma preocupação de caráter mais “pragmático”, vinculada, principalmente, à confecção de atlas linguísticos ou de análises específicas de algum item coletado por essas obras.

Neste sentido, é salutar que, após quase 150 anos da publicação do primeiro atlas responsável por abarcar uma nação, o Sprachatlas, de Georg Wenker (1881), e decorridos mais de seis décadas da confecção do APFB (Rossi et al., 1963), os geolinguistas voltem-se ao pensar teórico-metodológico que embasa a confecção dos atlas linguísticos, particularmente em contexto brasileiro. Para isso, este texto tem como objetivo principal apresentar uma proposta de (re)classificação tipológica para os atlas quanto a sua abrangência e objetivos.

A metodologia adotada neste estudo é de base qualitativa, com procedimentos realizados por meio de levantamento bibliográfico, de objetivo crítico-descritivo, pois detalha as obras e abordagens da Geolinguística, com ênfase no contexto brasileiro. O estudo analisa as metodologias e categorias presentes em atlas linguísticos, além de questionar essas produções à luz das especificidades geográficas, sociais e históricas do Brasil (Gerhardt, Silveira, 2009; Gil, 2017). Desse modo, foi necessário revisitar algumas bases e saberes cristalizados nos manuais de Dialetologia, na perspectiva de demonstrar os pontos de ruptura entre a Geolinguística europeia e a brasileira, culminando, por fim, na proposta de reclassificação que aqui se delineia, tendo como base os atlas linguísticos.

## **Da tradicional Geografia Linguística à moderna Geolinguística: a consolidação de uma área de interesse**

A Geolinguística (Pisani, 1940; Cardoso, 2010), outrora denominada Linguística Espacial (Bartoli, 1945) ou Geografia Linguística, tem por intenção primária a disposição de formas variantes em superfícies cartográficas, demonstrando ao consulente, em primeiro plano, a distribuição diatópica do fenômeno, quais sejam fonéticos, lexicais, morfossintáticos. Por ser originada de diversos ramos do conhecimento (Geografia e História, por exemplo), é por natureza multidisciplinar, conferindo-lhe a capacidade de incorporar diferentes perspectivas na análise da relação entre língua e espaço.

---

<sup>1</sup> Brandão (1991), Ferreira e Cardoso (1994), Aguilera (1998, 2005), Isquierdo (2008), Cardoso (2010), Aguilera e Romano (2016) e Razky, Oliveira e Lima (2017).

Um dos alicerces para a Geolinguística centra-se especificamente na Cartografia, entendida como um “conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que [...] se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão e representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos” (IBGE, 1999, p. 12). Essa ciência desempenha papel fundamental na compreensão do ambiente espaço-territorial, na medida em que comunica visualmente, e de forma inteligível, uma realidade situada e escalonada de um território ou área geográfica.

No âmbito das categorias que se desdobram no ramo cartográfico, os linguistas ocupam-se especificamente do aparato fornecido pela Cartografia Temática, subdivisão responsável pela elaboração de mapas contextuais de diferentes temas, tanto físicos quanto sociais, utilizando as referências presentes em uma base cartográfica (IBGE, 2018, p. 29). Pode-se compreender o mapa temático como um amálgama, tendo na primeira camada as informações e referências físicas do ambiente em análise, um mapa-base<sup>2</sup>, por exemplo, e nos demais níveis as informações de caráter físico e social que se pretende demonstrar ao consulente/interlocutor.

Historicamente, indica-se que o primeiro mapa temático foi produzido em 1701 por Edmont Halley, intitulado “Mapa Isogônico,” e demonstra as linhas que representam as variações magnéticas da terra (Lameli, 2010, p. 569). No entanto, o primeiro a utilizar uma base cartográfica para demonstrar as línguas e seus fenômenos, ou seja, um mapa temático com teor linguístico, foi o de Gottfried Hensel, em 1741, contendo as diferentes realizações da primeira estrofe da oração do Pai Nosso na Europa em 33 línguas (Lameli, 2010) com utilização de cores, em tons claros e escuros, provavelmente para demarcar uma possível origem hebraica das línguas, seguindo o Mito da Torre de Babel. Na *marginália* da folha, encontram-se várias informações sobre as línguas e seus alfabetos.

Entre os séculos 18 e 19, observa-se uma profusão de trabalhos voltados às línguas nacionais em contexto europeu das mais variadas temáticas, culminando em 1881 na confecção e publicação do *Sprachatlas*, de Georg Wenker, e em 1902 no *Atlas Linguístico da França* (ALF), de Jules Gilliéron, dois trabalhos nucleares que embasaram todo o fazer geolinguístico dos séculos vindouros (Teles, 2018).

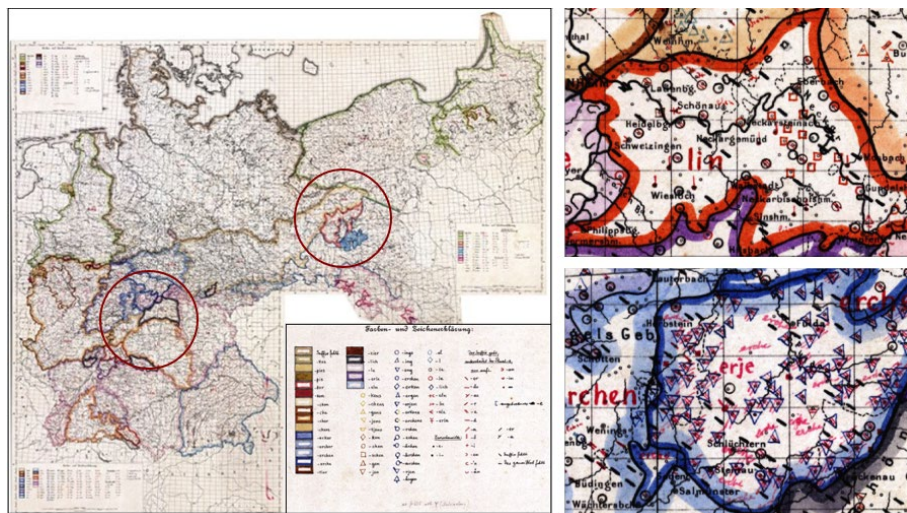
Apesar de Gilliérón ser cognominado o “pai da Dialetologia”, pelo fato de seu método sistemático de coleta de dados, o direto, ter sido utilizado em todos os grandes projetos de atlas linguísticos posteriores ao ALF, o atlas de Wenker também trouxe inegáveis avanços à ciência dialetal. É importante que se descaracterize a ideia de concorrência entre Wenker e Gilliéron, que foi sendo criada e percorrida em quase 150 anos de história do fazer geolinguístico, uma vez que ambos fizeram uso de técnicas de coletas distintas, mas com resultados semelhantes e dispostos em forma de mapas (Lameli, 2010; Rabanus, 2011). Em Wenker, por exemplo, evidencia-se uma cartografia

---

<sup>2</sup> Teles e Ribeiro (2006) indicam que nos chamados mapa-base ou carta-base são inseridas informações mais concisas para que o produto final não se torne confuso ao leitor.

muito bem formulada e disposta, recurso altamente inovador para a época, inclusive com o uso de cores, subdividindo as isoglossas identificadas no território alemão (Figura 1).

**Figura 1** – Mapa dialetal elaborado por Georg Wenker<sup>3</sup> com marcações isoglóssicas



**Fonte:** Adaptado de: <https://regionalsprache.de/SprachGis/RasterMap/WA/381>

Em 1876, Wenker iniciou seu projeto de coleta de dados dialetais no território alemão e, preliminarmente, o trabalho consistiu no envio de questionário composto por 40 frases<sup>4</sup> a professores de localidades situadas no norte do país; para cada pergunta, os respondentes deveriam transcrever as frases para o dialeto local, ou seja, o instrumento de coleta era predominantemente voltado à fonética (Chambers; Trudgill, 1994; Wouk, 1981; Coseriu, 1982). Posteriormente, o envio dos questionários recobriu todo o país; 45 mil dos 50 mil instrumentos remetidos foram recebidos por Wenker.

Se por um lado a quantidade de questionários obtidos é extraordinária, por outro, o volume de material gerado torna-se um empecilho ao tratamento dos resultados, pois presumidamente o pesquisador precisaria lidar com aproximadamente 1,8 milhão de dados, sem praticamente auxílio de nenhuma ferramenta das quais se emprega atualmente. Diante desse cenário, Wenker elegeu para a cartografia apenas as localidades situadas no norte e no centro do país e publicou dois conjuntos de mapas, intitulados *Sprachatlas des Deutschen Reichs* (SDR – *Atlas Linguístico do Império Alemão*), elaborados à mão (Chambers; Trudgill, 1994, p. 39-40).

Apesar das poucas ferramentas que Wenker tinha disponível para efetivar seu atlas, o resultado geral da cartografia é muito positivo, sendo referenciado por Rabanus (2011)

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o atlas: <https://regionalsprache.de/wa.aspx>. Acesso em: 4 jul. 2023.

<sup>4</sup> Elas podem ser consultadas na íntegra em: <https://wolfgang-naeser-marburg.lima-city.de/htm/wenker.htm>. Acesso em: 4 jul. 2023.

como o mapeamento geolinguístico mais preciso quando comparado às obras do final do século XX (Atlas linguísticos dos dialetos regionais alemães, por exemplo). A Figura 1 apresenta os resultados para a variação a partir do questionamento: “Atrás de nossa casa há três lindas *macieiras* com maçãs vermelhas”<sup>5</sup> (tradução nossa), auferidos por meio de pesquisa indireta.

As bases cartográficas empregadas por Wenker possuem recursos bastantes importantes para a época: dois mapas-base foram usados, um contendo o levantamento das terras do Reich alemão (escala de 1: 300.000) e outro das de Liebenow (1: 1.000.000)<sup>6</sup>. As marcações das formas variantes foram delimitadas por meio de isoglossas com cores distintivas e as variantes que se desviavam dessa “norma regional” eram marcadas com o uso de símbolos. Quanto às cores, foram usadas até 22 por mapa, um recurso bastante audacioso e perspicaz para a época, fazendo Chambers e Trudgill (1994, p. 40) apontarem o *Sprachatlas des Deutschen Reichs* como o “primeiro atlas linguístico publicado” e Lameli (2010, p. 575, tradução nossa<sup>7</sup>) considerá-lo como o “[...] primeiro atlas de língua real no sentido de uma coleção de mapas baseados em fenômenos”, opinião que se compartilha em nível macro neste trabalho.

Para o *Atlas Linguístico da França*, de Jules Gilliéron, a recolha dos dados em 639<sup>8</sup> localidades foi realizada pelo inquiridor Edmond Edmont em apenas quatro anos, entre 1896 e 1900. Na proporção que Edmont concluía seus trabalhos em uma localidade, o material coletado era enviado à Gilliéron e as variantes eram prontamente descritas na superfície dos mapas, tendo seu primeiro volume publicado em apenas dois anos (1902) após findada a coleta dos dados, ou seja, quase simultaneamente com o término do trabalho de campo.

Além de uma metodologia muito bem formulada, o êxito e o sucesso do ALF decorreram também dos passos posteriores à publicação da obra, fomentados por dois alunos de Gilliéron: Karl Jaberg e Jakob Jud, que posteriormente fundaram seus próprios projetos sobre os dialetos italianos e suíços. Findados os trabalhos com o *Sprach-und Sachatlas Italiens und der Südschweiz* (1960) (*Atlas Linguístico e Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional*), Jud, juntamente com Paul Sheurmeier, inquiridor do atlas ítalo-suíço, partiram para os Estados Unidos para treinar a equipe de inquiridores do *Atlas Linguístico dos Estados Unidos e Canadá* (LANE). Ou seja, de forma direta, a metodologia de Gilliéron foi utilizada em âmbito românico e anglófono (Chambers; Trudgill, 1994, p. 41-42) e serviu como ponto de referência aos geolinguistas vindouros, sobretudo os da Itália, Espanha, Romênia, Estados Unidos e Inglaterra (Kurath, 1972). É neste sentido, inclusive, que no Brasil tradicionalizou-se referenciar o ALF como o

---

<sup>5</sup> No original: Hinter unserm Hause stehen drei schöne Apfelbäumchen mit rothen Aepfelchen. Disponível em: <https://wolfgang-naeser-marburg.lima-city.de/htm/wenker.htm>. Acesso em: 4 jul. 2023

<sup>6</sup> Antigo vilarejo que pertencia à Alemanha, mas atualmente faz parte da Polónia.

<sup>7</sup> No original: “[...] this is the first real language atlas in the sense of a collection of phenomenabased maps” (Lameli, 2010, p. 575).

<sup>8</sup> Woul (1981) indica que na época existiam 37 mil localidades na França.

primeiro atlas linguístico concretizado, mesmo ele tendo sido publicado duas décadas após o *Sprachatlas des Deutschen Reichs* (SDR).

Outro importante movimento para a sedimentação de uma metodologia de trabalho diatópico, areal, como forma de descrever e organizar variantes, e ainda pouco mencionado nos estudos brasileiros, é conhecido como Neolinguística e tem suas bases no pesquisador italiano Mateo Bartoli, aluno de Wilhelm Meyer-Lübke que, posteriormente, se aperfeiçoou na escola francesa de Gillieron, da qual herdou a inclinação para os estudos voltados ao campo da linguística espacial, especificamente românico (De Mauro, 1964).

Adicionalmente, as escolas italianas marcaram presença na ebulição linguística do século XIX e XX e de lá são procedentes muitas obras e pesquisadores importantes para o contexto de formação das bases da Linguística, da Dialetoлогия e da Geolinguística<sup>9</sup>. Graziadio Isaia Ascoli (1829-1907), por exemplo, disseminou trabalhos sobre os dialetos italianos<sup>10</sup>, além de estudos sobre a romanística; é considerado por Iordan (1962) como o pai da “Dialetoлогия Italiana” e é indicado por Castilho (1963, p. 105) como o responsável pela criação da ciência dialetal. Também participou ativamente do debate sobre a unificação das línguas italianas, das línguas dialetais, além de ser autor de teorias de base filológica, tal como o substrato linguístico como responsável pela mudança linguística, inclinação mais historicista, uma vez que era também filiado aos preceitos histórico-comparatistas.

Os trabalhos de Wenker, Gillieron e Bartoli (1982) consolidaram a importância e a metodologia geolinguística, cujas bases foram fundantes para os projetos e a execução de outros atlas linguísticos em contexto europeu e americano. Para citar alguns: na Itália (Jaberg-Jud 1928-40), Romênia (Puscariu-Pop-Petrovici 1938 e ss.), Córsega (Bottiglioni 1933-42), Nova Inglaterra (Kurath-Bloch-Lowman 1939-43), Bélgica francófona (Remacle-Legros 1953ss.), Suíça de língua alemã (Hotzenköcherle 1962ss.) (Castilho, 1963, p. 107; Kurath, 1972).

A efervescência dos estudos dialetais europeus também chegou ao contexto brasileiro na primeira metade do século XX, levando pesquisadores da língua a reivindicarem, a exemplo de outros países, a feitura de um atlas linguístico nacional. Esse interesse pelo mapeamento dos falares em forma de atlas, além do critério linguístico, também tem relação direta com questões ligadas ao momento histórico-político-social do país e do mundo. Temas sociais e identitários associados à língua ganharam tônica e foram amplamente debatidos nos muitos congressos que se estenderam nessa primeira metade do século.

---

<sup>9</sup> Para citar alguns exemplos: Graziadio Ascoli, mencionado neste texto; Matteo Bartoli, com a obra *Introduzione alla neolinguistica: principi, scopi, metodi* (1925); Clemente Merlo, que fundou a revista *L'Italia dialettale* (1925); Vittore Pisani, com o trabalho *Geolinguistica e Indo-Europeu* (1940); e, por fim, Corrado Grassi, com *Elementi di dialettologia italiana* (1982).

<sup>10</sup> A bibliografia de Ascoli inclui: *La pasitelegrafia*, Trieste, Tipografia del Lloyd Austriaco (1851); *Del nesso ario-semitico. Lettera al professore Adalberto Kuhn di Berlino* (1864); *Del nesso ario-semitico. Lettera seconda al professore Francesco Bopp* (1864); e *Studi ario-semitici*, Memorie del Reale Istituto Lombardo (1867).

Por exemplo, Silva Neto (1950), em conferência no *1º Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, em Washington, indica urgência na elaboração do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e Ilhas* para que os pesquisadores brasileiros pudessem sanar lacunas sobre o português brasileiro (Cardoso; Mota, 2012). A urgência evidenciada por Silva Neto (1950) estampa um momento de dualidade no cenário linguístico: por um lado, há uma busca por um padrão de língua, associado à origem lusa, enquanto na outra ponta urge a necessidade de descrever a língua portuguesa falada no Brasil, uma variedade que reflete a identidade nacional do país (Amaral, 2019, p. 419), contexto reforçado nos anos vindouros.

Apesar dos esforços e da propagação dos estudos geolinguísticos em outros países, os pesquisadores notaram que a execução de um atlas brasileiro seria inviável naquele primeiro momento, sobretudo pelas dimensões territoriais do Brasil e da dificuldade de locomoção dentro do território na segunda metade do século XX. Diante desse profuso contexto, os dialetólogos iniciaram um movimento de regionalização para se executar atlas linguísticos por regiões, opinião inclusive defendida por Antenor Nascentes, indicada em suas *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958), e compartilhada por outros dialetólogos.

A partir das novas diretrizes, Nelson Rossi<sup>11</sup> et al. (1963) concluíram o primeiro atlas linguístico de cunho estadual brasileiro: o *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB), dando início ao desenvolvimento e à execução de muitos outros atlas por unidade federativa ou de pequeno domínio, até finalmente, em 1996, ser iniciado o *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil* (ALiB), cujo objetivo geral é registrar, mapear e analisar a diversidade linguística do português brasileiro.

O fio historiográfico percorrido até o presente momento demonstra que as bases teórico-metodológicas da Geolinguística como se conhece hoje foram nuclearizadas principalmente em Wenker e Gilliéron, porém no contexto brasileiro, iniciou-se com particularização dos fenômenos dialetais em áreas fracionadas, surgindo os atlas regionais haja vista a consciência de que, naquele momento, a execução de uma obra tão grandiosa seria inexecutável por motivos diversos, então se iniciou um movimento de “regionalização” da Geolinguística, tendo o primeiro atlas publicado no estado da Bahia, em 1963.

O panorama dialetal brasileiro sempre representou um desafio aos estudiosos da língua, por muitos fatores, que podem incluir o contexto histórico e social do país muito diverso, as distâncias territoriais, os amálgamas linguísticos – línguas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, enfim, uma diversidade desafiadora para aqueles que se propõem a descrever as muitas faces do português e das demais línguas aqui

---

<sup>11</sup> Especificamente sobre Nelson Rossi, a historicidade desse pesquisador demonstra a sua importância para os estudos linguísticos do Brasil. Após a confecção do APFB, o pesquisador foi convidado para discutir no IV Simpósio do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI) a respeito do português culto brasileiro e “pondera que o estudo tão somente da linguagem do Rio de Janeiro não daria uma imagem completa do português culto do Brasil, e expõe suas ideias a respeito do policentrismo cultural brasileiro. Em consequência, propôs a realização do projeto em cinco cidades brasileiras com um mínimo de um milhão de habitantes” (<https://nure.fllch.usp.br/o-nure-brasil-origens>), ou seja, Rossi ajudou a instituir as bases do Macroprojeto *Norma Culta Urbana* (NURC).



presentes. Neste sentido, o estudo da variação e seus métodos de análises precisaram ser reestruturados para se adequar à realidade multifacetada, com contribuições significativas ao seu desenvolvimento, a partir do Projeto ALiB (1996) e dos novos rumos fornecidos pela Dialetologia Pluridimensional, Contatual e Relacional, cunhada por Radke e Thun (1996) e Thun (1998).

O Projeto ALiB, segundo Romano (2013), contribui para o aumento exponencial de atlas linguísticos (estaduais ou de pequeno domínio), pois dita as bases para elaboração de questionário, perfil dos informantes, diretrizes para composição da rede de pontos, dentre muitas outras questões. Ainda, inaugurou uma nova fase nos estudos geolinguísticos, incluindo, além da diatopia, a preocupação com aspectos *interindividuais*, englobando as perspectivas diatópica, diastrática, diageracional e diassexual, e os *intraindividuais*, com os parâmetros diafásico, contatual/dialingual e diarreferencial (Figueiredo, 2014, p. 45; Silva, 2018, p. 53).

O Projeto em questão, na figura de seu Comitê Nacional, formou o que Lameli (2010, p. 568) intitula de “cadeias de conexões fortes”, entendida como um tipo de tradição vinculada às diretrizes ideológicas e metodológicas aos pesquisadores e ao Projeto: “[...] existem cadeias de conexões fortes (na maioria das vezes) pessoais que constituem linhagens de tradição das quais os linguistas nem sempre estão totalmente cientes”<sup>12</sup> (Lameli, 2010, p. 568, tradução própria). Ou seja, pesquisadores vinculados ao macroprojeto dão origem a outros projetos de atlas e orientações de trabalho desta mesma natureza (dissertações, teses), gerando, assim, uma corrente de formação teórico-acadêmica a partir das bases instituídas pelo Projeto.

Romano (2020) enumera a existência de 63 atlas linguísticos, entre estaduais e de pequeno domínio. Destes, têm-se: 29 dissertações de mestrado, 25 teses de doutorado, seis monografias de especialização, um projeto de pós-doutorado, um trabalho de conclusão de curso de graduação e um representa um projeto de iniciação científica (Romano, 2020, p. 20).

Assim, em contexto brasileiro, o perfil dos atlas linguísticos demonstra as seguintes preferências: i) comumente são desenvolvidos em formatos de tese e dissertações; ii) adotam integral ou parcialmente o questionário do Projeto ALiB; iii) optam pela descrição de áreas com menor circunscrição; iv) realizam a coleta sistemática de aspectos fonéticos, morfossintáticos e, ultimamente, pragmáticos/discursivos; v) possuem maior inclinação para cartografia de aspectos lexicais; e v) fazem uso de cores no mapa dialetal para facilitar a compreensão do consulente. É a partir da observação desse perfil distinto dos atlas europeus que surge a premente necessidade de uma (re)classificação para os tipos de atlas linguísticos produzidos no Brasil quanto à sua abrangência e especificidade, como será detalhado no próximo tópico.

---

<sup>12</sup> No original: “All together, it will be shown that there are chains of strong (mostly) personal connections which constitute lineages of tradition of which linguists are not always fully aware.” (Lameli, 2010, p. 568).

## **A tipologia geolinguística a partir de Alinei (1994): proposta de (re)classificação para os atlas linguísticos brasileiros**

Nos manuais de Dialetoologia<sup>13</sup>, há poucas referências didáticas relativas à classificação dos atlas linguísticos quanto aos seus objetivos e abrangência espacial; comumente, as obras indicam como “atlas nacionais” àqueles circunscritos a uma área política e territorial, correspondendo às fronteiras de um país, enquanto os demais tipos de atlas são categorizados sob a rubrica “regional”, independentemente de sua abrangência. Essa ausência de definição/categorização mais precisa pode estar associada à própria realidade contextual de cada país, uma vez que as nações de maneira individual têm sua organização administrativa, cujas subdivisões podem ser por estados, províncias, região ou departamentos, relação organizacional e estrutural ligada à história, à cultura e ao sistema político de cada território. Neste sentido, a ausência de uma indicação e delimitação mais precisa no que subjaz à abrangência dos atlas linguísticos em manuais e artigos sobre Geolinguística pode indicar uma “neutralidade” do pesquisador ao se referir e descrever o trabalho de outros (os atlas linguísticos), sem necessariamente compreender o contexto territorial e administrativo em que a obra foi idealizada e executada.

Foi Alinei (1994) o responsável pela consolidação de uma terminologia técnico-científica para classificar os atlas linguísticos, principalmente os europeus, possivelmente motivado pela envergadura do *Atlas Linguístico da Península Ibérica* e sua extensa rede de pontos (529 localidades), contemplando as três línguas iberorromânicas peninsulares: português, espanhol e catalão.

Para a execução de um atlas propriamente dito, algumas etapas devem ser seguidas pelo pesquisador, com o fito de delimitar a realidade que se pretende investigar e a formulação dos objetivos para tal empreitada. Ainda no processo de definição do projeto, devem-se responder algumas inquietações quanto ao escopo do trabalho: se a intenção será a descrição das variações em uma pequena localidade ou se o atlas abrangerá uma área mais expandida, se contemplará em sua coleta realidades bilíngues, plurilíngues, de fronteira. Enfim, a formulação dos objetivos da pesquisa definirá a circunscrição espacial da obra e sua consequente tipologia. Compreende-se aqui “tipologia” como sendo a ordenação dos atlas linguísticos com base em suas características comuns e distintivas, no caso, sua área de abrangência enquanto obra geolinguística com propósito específico.

Alinei (1994, p. 21) indica a existência de quatro categorias para os atlas linguísticos, a depender dos objetivos do trabalho e da focalização metodológica da obra dialetal, são elas: i) atlas linguísticos continentais, ii) grupos de línguas, iii) nacionais e iv) regionais. Para fins didáticos, optou-se pela apresentação partindo do atlas de maior abrangência para o menor.

Os “atlas linguísticos continentais” são responsáveis por abarcar um ou mais dos seis continentes terrestres e incluir em sua coleta as diversas línguas que compõem este

---

<sup>13</sup> Sever Pop (1950); Chambers e Trudgill ([1980] 1984); Wouk (1981); Iordan (1962); Veny (1986).

complexo e multicultural cenário. Dada a amplitude desse tipo de obra, comumente são arquitetados como projetos interinstitucionais, pois requerem a participação de muitos pesquisadores, vinculados a diferentes centros de pesquisa para dar conta de toda a malha e recobrir o maior número de línguas possível. O único macroatlas dessa magnitude publicado até o presente momento é o *Atlas Linguarum Europae* (ALE)<sup>14</sup>, com uma densa rede de pontos composta por 2.631 localidades, contemplando 22 grupos de línguas dentre seis famílias linguísticas (altaico, basco, indo-europeu, caucasiano, semítico e urálico)<sup>15</sup>.

ALE é o primeiro atlas linguístico continental, cujas fronteiras não são nem políticas nem linguísticas, **mas meramente geográficas**. A escolha do continente decorre do facto de a situação linguística na Europa ser complexa. [...] O material heterogêneo foi coletado em 2631 localidades, da Islândia aos Montes Urais. Os membros da ALE pertencem aos 47 comitês nacionais, aos quais foram adicionados 4 comitês para as línguas minoritárias (*Atlas Linguarum Europae*<sup>16</sup> [s.a] [s.p], grifo próprio).

Dentro dos grupos indicados, foram contempladas 90 línguas, levando esse atlas a exceder a classificação “continental”, passando também a se enquadrar conjuntamente na categoria “grupo de línguas” (Silva; Romano, 2022, p. 19), por abrigar em sua coleta 22 conjuntos linguísticos, o que o torna o maior atlas já confeccionado. Da macrovisão concedida pelo ALE sobre as famílias e os grupos de língua, decorre outra importância substancial: a necessidade de se descrever mais detidamente as dinâmicas dos grupos linguísticos que se colocaram em relevo no atlas continental (Cardoso, 2002), objetivo do próximo grupo de atlas.

De acordo com a tipologia indicada por Alinei (1994), têm-se os atlas linguísticos classificados como: ii) grupo de línguas; são aqueles que contemplam em sua coleta e superfície cartográfica o conjunto de línguas com ancestralidade comum, estabelecida a partir da classificação filogenética. Em um plano mais cartesiano, a alusão ao termo *grupo* poderia remeter a uma interpretação um tanto dúbia de qual seria o contexto de abrangência desse atlas, sobretudo se considerados os preceitos teóricos da escola Histórico-Comparatista e as diferenças estabelecidas por essa vertente quanto à diferenciação entre “família” e “grupo”.

Um contexto mais amplo para o que seriam esses grupos de línguas pode ser encontrado em Dubois *et al.* (1973, p. 266, grifo do autor), quando indicam que o “[...]

---

<sup>14</sup> Cardoso (2002, p. 4), a partir das palavras de Contini (1994, p. 98, tradução própria), indica que o ALE foi o “[...] nascimento do maior projeto de geolinguística já empreendido”. No original: “[...] la naissance du plus gran projet de géolinguistique jamais entrepris”.

<sup>15</sup> Os inquéritos em 54 localidades da área portuguesa ficaram a cargo do *Grupo de Estudos de Dialectologia* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.clul.ulisboa.pt/projeto/ale-atlas-linguarum-europae>. Acesso em: 21 jul. 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.lingv.ro/ALE.html>. Acesso em: 04 ago. 2023.

termo *grupo* aplica-se indiferentemente a um conjunto de famílias, a uma família, a um conjunto de ramos de uma mesma família, a um conjunto de línguas de um mesmo ramo”. Com essa percepção, depreende-se que o contexto descrito por Alinei (1994) é inespecífico à escala e ao nível de parentesco linguístico, comumente atrelado aos conceitos de *família*, como conjuntos maiores de línguas e *grupos* como subdivisões dentro das famílias.

Um importante exemplo de trabalho geolinguístico incluído na categoria “grupos de línguas” é o *Atlas Linguistique Roman* (ALiR), cujo propósito foi a análise comparativa entre as línguas que compõem a família românica, a partir do material auferido pelos atlas linguísticos nacionais/regionais publicados ou em andamento. A rede de pontos composta por 1.036 pontos contempla as seguintes línguas: português, galego, espanhol, catalão, francês, valão, suíço, italiano, romeno e moldavo (Contini; Tuaillon, 1996). Segundo informações do Comitê Português (2019), neste atlas se utiliza a interpretação motivacional, por meio de análise interpretativa dos dados de atlas linguísticos já publicados<sup>17</sup>.

Outro exemplo de projeto de atlas considerado como de grupo de línguas é o *Atlas Linguístico de Hispanoamérica* (ALiH), idealizado por Manuel Alvar (1984), com interesse em coletar dados nos domínios espanhóis espalhados pela Europa e Américas. O questionário idealizado pelo autor conta com 1.415 perguntas de caráter fonético, lexical e morfossintático. Segundo Moreno Fernández (2005, p. 16), as publicações foram iniciadas com o volume dedicado ao Sul dos Estados Unidos (2000), após o da República Dominicana, os três volumes da Venezuela, o do Paraguai e, segundo ele, estão sendo editados os do México, da Argentina, do Uruguai e do Chile.

O projeto descrito por Alvar, em 1984, indica aproximadamente 600 localidades de inquérito, distribuídas por 21 países, mas o autor ressalva que este quantitativo pode ser alterado, a depender da equipe que ficará encarregada das coletas regionais. Os países com o número de pontos de entrevista indicados pelo autor são: Brasil (100), Argentina (75), México (75), Colômbia (50), Venezuela (50), Chile (30), Bolívia (25), Cuba (20), Equador (20), Peru (50), Uruguai (10), Paraguai (10), Porto Rico (10), Estados Unidos (10), São Domingo (10), Honduras (5), Guatemala (5), Nicarágua (5), El Salvador (5) e Costa Rica (5) (Alvar, 1984, p. 64).

Embora não se tenham muitas informações a respeito do andamento ou sobre as projeções para publicação dos próximos volumes (as últimas informações encontradas são de 2005), o *Atlas Linguístico de Hispanoamérica* (ALiH) contempla variedades de uma mesma língua, o espanhol, distribuídas por 21 países, fornecendo também dimensões continentais ao projeto.

A próxima classificação fornecida por Alinei (1994) diz respeito aos atlas que contemplam os limites político-territoriais de um país, os intitulados “atlas linguísticos nacionais”. Por meio deles, tem-se por objetivo coletar, analisar e fornecer um panorama

---

<sup>17</sup> Informações disponíveis em: <https://www.clul.ulisboa.pt/projeto/alir-atlas-linguistique-roman>. Acesso em: 3 ago. 2023.

mais geral no que subjaz o contexto dialetal daquela nação e, por esse motivo, sua rede de pontos é mais esparsa, assim como seu questionário linguístico é mais amplo, para que se dê conta das muitas nuances dialetais de um território plurivarietal, mesmo que seja de uma mesma modalidade de língua (Cardoso, 2002; Silva; Romano, 2022, p. 20).

Ilustrativamente, o Comitê Nacional do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) estabeleceu o número de 250 pontos de coleta, a partir de um questionário com 435 perguntas, número adequado para o escopo de um atlas brasileiro, tendo em vista que o território possui área extremamente ampla. Ademais, o Brasil é composto por um quadro notadamente diversificado em termos linguísticos e culturais, sendo praticamente impossível contemplar em um mesmo atlas nacional todas essas nuances. Ainda neste sentido, essa obra geolinguística tem caráter mais abrangente justamente para que outros trabalhos esmiucem as realidades dialetais tratadas de forma mais esparsa nos atlas nacionais, tarefa desenvolvida pelas obras geolinguísticas estaduais ou de pequeno domínio (Silva; Romano, 2022), conforme classificação que se apresentará.

A coexistência de vários atlas de uma mesma área geográfica não implica na exclusão ou diminuição da importância de qualquer um deles. Pelo contrário, cada obra complementa as outras, funcionando como uma “lente de aumento” que amplia as realidades dialetais, tornando-as mais detalhadas. Cada uma das obras surge na perspectiva de examinar em profundidade contextos importantes, por vezes não identificados por atlas com rede de pontos com tendência mais rarefeita (Alinei, 1994; Cardoso, 2002). Como um exemplo dos aspectos mencionados, existem três atlas linguísticos que recobrem o território oeste da Península Ibérica, englobando Portugal e Galiza<sup>18</sup>: *Atlas Linguarum Europae* (ALE), o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (ALPI), e o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza* (ALEPG). O primeiro, por exemplo, abrange 2.631 localidades, o segundo 529 e o terceiro 212. Cada um desses atlas possui objetivos específicos, de acordo com sua abrangência. No Quadro 1, de forma ilustrativa, inseriu-se em a) a extensão territorial aproximada que estes atlas recobrem; em b) a população; e em c) o número de pontos de entrevista de cada atlas.

**Quadro 1 – Correlação entre a distribuição de pontos e a extensão territorial/população dos territórios**

Atlas Linguísticos	a) Extensão territorial aproximada	b) População aproximada (milhões)	c) nº de pontos de inquéritos	Correlação entre a e c
<i>Atlas Linguarum Europae</i> (ALE)	10.530.000 km²	746.400	2631	4.002 km²
<i>Atlas Linguístico da Península Ibérica</i> (ALPI)	583.254 km²	60	529	1.102 km²

<sup>18</sup> Territórios que compartilham muitas semelhanças históricas, sociais e linguísticas.

<i>Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza</i> (ALEPG)	89.500 km <sup>2</sup>	20	212	422 km <sup>2</sup>
-------------------------------------------------------------------	------------------------	----	-----	---------------------

**Fonte:** Elaboração própria

Utilizando a fórmula disponibilizada por Giraldo (1987, p. 91)<sup>19</sup>, a extensão territorial, dividida pela quantidade de pontos de entrevista, fornece a correlação entre a área de abrangência dos atlas e a quantidade de pontos de entrevista contemplados pela obra. A partir do Quadro 1, indica-se que o primeiro e mais abrangente, o continental ALE, possui a maior rede de pontos, condizente com a extensão territorial investigada. No entanto, a partir da correlação entre a área e a rede de pontos, nota-se que há equidistância de 4 mil km entre um ponto de coleta e outro. No ALPI, atlas intermediário, constata-se que a relação é de uma localidade inquirida a cada 1.102 km. E, por fim, o atlas menos abrangente, o ALEPG, possui uma densidade mais robusta, contemplando um ponto de inquérito a cada 422 km. Em outras palavras, a simultaneidade de trabalhos geolinguísticos em uma mesma área pormenoriza e detalha as realidades dialetais, neste caso, de Portugal e Galiza, levando os pesquisadores a uma particularização mais eficiente da superfície variacional.

A última categorização de atlas proposta por Alinei (1994) engloba as obras sob o rótulo de “atlas linguísticos regionais” e nessa classificação estariam incluídos todos os atlas considerados menores que os “nacionais”. Tal como mencionado, deduz-se que o autor utilizou essa nomenclatura tendo em vista a realidade político-administrativa de cada país, principalmente no contexto europeu (estado, região, distritos, domínios etc.), o que inviabilizaria uma titulação mais restritiva. Embora essa classificação seja considerada adequada ao contexto europeu da época e às delimitações espaciais e administrativas dos países, ela não atende às especificidades do Brasil nem ao estágio atual de consolidação da Geolinguística.

Cardoso (2002) indica que o surgimento dos atlas menores decorreu da constatação de que os nacionais, dadas suas características metodológicas, deixaram de registrar patrimônios linguísticos importantes e restritos a áreas pequenas, que só seriam possíveis de serem observadas por meio de um atlas linguístico com foco em espaços menores. Decorre desse movimento com tendência centrípeta, ou seja, de um olhar pormenorizado e voltado à interiorização das particularidades dialetais, os “atlas regionais” nomeado por Alinei (1994).

Em Alvar (1973), há o indicativo de que foi Karl Jaberg (1955) o pioneiro a indicar a existência de basicamente dois tipos de atlas: os de “grande” e os de “pequeno domínio”, atribuição essa concedida tendo em vista a quantidade crescente de atlas linguísticos em contexto europeu. Alvar (1973, p. 113; 117-118), compactuando da bipartição jabergueana, defende a existência dos “atlas nacionais” e dos “regionais”, sendo os

<sup>19</sup> Também há correlação entre área abrangida e número de pontos em Lameli (2010).

primeiros responsáveis pela cobertura dialetal em domínios linguísticos nacionais completos, enquanto os regionais abarcariam as realidades menores.

Veny (1986, p. 76) cita exemplos de “atlas regionais”, mas sem apresentar uma identificação do que se está compreendendo por “regional”. No *site* do *Centro de Pesquisa em Linguística Românica*, da Universidade de Oxford, há uma lista dos atlas linguísticos românicos publicados e eles estão agrupados entre “gerais” e “regionais” (University Of Oxford, 2016, s.p.). Ou seja, dado o contexto europeu, a definição tipológica dos atlas fica basicamente restrita aos dois tipos. Quanto aos objetivos de ambos os atlas, são oportunas as considerações de Castañer (1991, p. 328, tradução própria<sup>20</sup>):

Um atlas nacional deve buscar o léxico mais comum, mas não pode chegar ao especializado; em um plano ainda mais geral, devem ser incluídos os atlas plurilíngues, que permitem relacionar um termo com os correspondentes em outras línguas. O atlas regional, por outro lado, oferece uma grade mais densa e deve adentrar-se no léxico específico, além de permitir um conhecimento profundo da zona objeto de estudo.

Para o contexto brasileiro, pode-se considerar que um “atlas nacional” objetiva a coleta sistemática em grandes espaços, priorizando os traços mais amplamente representativos da língua. Por outro lado, os atlas denominados “regionais” concentram-se em áreas geográficas relativamente menores, onde a rede de pontos de coleta é mais densa, permitindo a identificação de singularidades locais (Silva; Romano, 2022). Ademais, é importante que os questionários de ambos os atlas dialoguem, “pois é tão interessante para o atlas pequeno não perder o contato com a pesquisa dos grandes domínios, como é para o grande atlas e, em geral, para a linguística, poder examinar os problemas dos grandes domínios no âmbito regional e local [...]” (Jaberg, 1954-1955, p. 69 *apud* Contini; Tuailon, 1996, p. 231)<sup>21</sup>.

## **Classificação tipológica dos atlas linguísticos brasileiros**

Ainda sobre os rótulos dos atlas “nacionais” e “regionais” indicados por Alinei (1994), em contexto brasileiro esse entendimento fica prejudicado, uma vez que se

---

<sup>20</sup> No original: “Un atlas nacional debe buscar el léxico más común, pero no puede llegar al especializado; en un plano todavía más general deben quedar los atlas plurilingües, que permiten relacionar un término con los que corresponden en otras lenguas. El atlas regional ofrece por el contrario, una cuadrícula más densa y debe adentrarse en el léxico específico, además de permitir un conocimiento profundo de la zona objeto de estudio” (Castañer, 1991, p. 328).

<sup>21</sup> No original: “El atlas grande debe recoger lo común a los grandes espacios lingüísticos, el atlas regional lo especial de los pequeños dominios. Pero esto no impide desear una prudente organización entre los cuestionarios de las dos clases de atlas; pues tan interesante es para el atlas pequeño no perder el contacto con la investigación de los grandes dominios, como para el atlas grande, y en general para la lingüística, poder examinar los problemas de los grandes dominios en el ámbito regional y local [...]” (Jaberg, 1954-1955, p. 69 *apud* Contini; Tuailon, 1996, p. 231)

compreendem duas posições para a palavra “regional”: a) no sentido local, circunscrito a uma pequena realidade e b) território cuja extensão é determinada por uma unidade administrativa ou econômica, seja pela similitude do relevo, do clima, da vegetação, seja pela origem comum dos povos que o habitam (Houaiss, 2001), definição político-administrativa brasileira que divide o país em cinco macrorregiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Ainda, cada uma delas é composta pelos estados federativos. Por exemplo, a região Norte engloba uma área aproximada de 3.870.000 km<sup>2</sup>, compreendendo sete estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – e cada um dos estados que compõem a macroárea regional poderia facilmente ser equiparado à dimensão de um país europeu.

Considera-se que a hierarquização areal dos atlas linguísticos propostas por Alinei (1994) é adequada ao contexto dos estados eurocêntricos e possui um caráter mais geral, justamente para abranger diferentes propostas de atlas que recubram múltiplas superfícies dialetais. No entanto, para a realidade dos estudos geolinguísticos brasileiros em pleno desenvolvimento, sobretudo após 1996, com a criação do Projeto ALiB e a concepção de bases teórico-metodológicas sólidas, parece oportuno a formulação de uma (re)classificação dos atlas considerando a divisão administrativa brasileira e as especificidades sociodialetais desse macro espaço. Não obstante, o que se observa na tradição geolinguística mundial é que fica cada vez mais evidente uma cisão da Geolinguística brasileira com os modelos de atlas produzidos na Europa, desagregação resultante das especificidades sócio contextuais brasileiras e das necessidades de os estudos dialetais fornecerem fotografias dessa realidade política, social e linguística muito diversa.

Assim, utilizando como base a proposta de Alinei (1994), amplia-se o leque de atlas linguísticos para oito, sendo eles: i) continentais; ii) grupos de língua; iii) nacionais; iv) regionais; v) estaduais; vi) pequeno domínio/locais; vii) contatuais/fronteiriços; e viii) rotas histórico-linguísticas (sendo, i e ii, atualmente, aplicados ao contexto europeu e de iii a viii ao contexto brasileiro)<sup>22</sup>. Acrescentou-se à primeira proposição do autor italiano as especificidades político-administrativas do Brasil, sobretudo relacionadas à terminologia “regional”. A proposta pode ser observada sinteticamente no quadro tipológico para os atlas, apresentado na Figura 2.

---

<sup>22</sup> Com base no crescente número de trabalhos que visam a descrição da Língua Brasileira de Sinais (Libras), tem-se discutido a confecção de atlas linguísticos envolvendo essa língua. Eles têm por propósito mapear e documentar as variações linguísticas e culturais da Libras utilizada pela comunidade surda no Brasil, que envolvem o uso de palavras oralizadas, escritas ou expressas de modo visual-gestual-espacial. Nesse sentido, futuramente estes atlas podem ser enquadrados em uma nova categoria, os “atlas linguísticos sinalizantes”. Possivelmente, a cartografia desses trabalhos geolinguísticos encontrará maior respaldo nas tecnologias que permitem interface entre o mapa dialetal, o diatópico, e a forma visual-gestual das variantes, uso do QR code, por exemplo. Proposta relevante para atlas sinalizantes foi apresentada por Costa, Mota e Razky (2023), especificamente com os fraseologismos decorrentes do questionamento: Como se chama a pessoa que “fala demais”, em língua brasileira de sinais (Libras). Além disso, em fase de desenvolvimento e associado ao PDPG – Políticas Afirmativas, encontra-se o macroprojeto “Epistemologia Surda e Diversidade: valorização da Libras, Literatura e Cultura Surda”. Dentro desse contexto, apresenta-se a iniciativa para a criação do *Atlas Linguístico da Libras* (Ludwig; Silva; Romano; Carneiro, 2023), que lançará, dentre outros objetivos, uma proposta de cartografia específica para a Libras.



**Figura 2 – Proposta tipológica de classificação para os atlas linguísticos em contexto brasileiro**



**Fonte:** Elaboração própria

A partir do que se observa na proposta tipológica, como indicado, os atlas continentais e de grupos de línguas, atualmente, se aplicam ao contexto europeu, uma vez que não se tem na América do Sul esse tipo de atlas. Na sequência, sob o rótulo de “atlas nacionais”, tem-se como representante brasileiro o *Atlas Linguístico do Brasil*, projeto responsável por abarcar geolinguisticamente os limites político-territoriais do país. Os três primeiros volumes publicados versam sobre os dados auferidos nas capitais estaduais, cuja cartografia oferece uma macrovisão do comportamento dialetal do país, de forma ampla, objetivo este de um “atlas linguístico nacional”.

Seguindo a proposta tipológica, em menor abrangência, serão considerados “atlas regionais” aqueles responsáveis por abarcar uma região administrativa completa, considerada pelo IBGE. O *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS* (Koch; Klassmann; Altenhofen, 2002) é o único representante em contexto brasileiro deste tipo de atlas, abrangendo os três estados da região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os “atlas estaduais” contemplam uma das 27 unidades federativas. Comumente, a rede de pontos desses trabalhos, a exemplo dos atlas continentais e de grupos de línguas, são mais esparsas para que se possa recobrir uma área mais abrangente e desvelar o maior número de nuances fonéticas, léxicas, morfossintáticas e discursivas possíveis. Romano (2020, p. 16) descreveu a existência de 14 atlas linguísticos estaduais e outros oito em andamento. O autor destaca que, concomitante à execução desses trabalhos, tem-se observado um aumento no quantitativo de atlas de menor abrangência, comumente desenvolvidos em forma de dissertações ou teses, muitas vezes vinculados aos membros do Comitê Científico do ALiB.

Por sua vez, os “atlas de pequeno domínio” objetivam a cartografia específica das áreas menores, oportunizando a coleta, análise e descrição de nuances dialetais

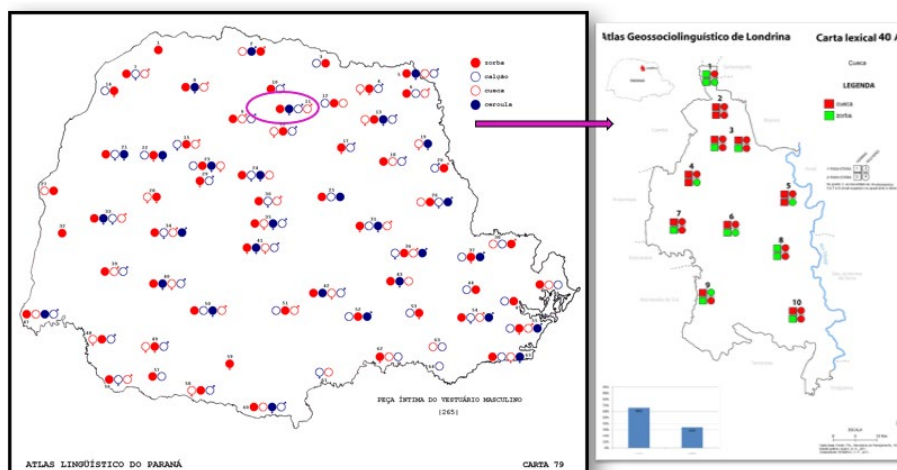
circunscritas a determinados territórios. Utilizando uma nomenclatura da óptica e da fotometria, esses atlas linguísticos funcionam como um tipo de “zooming” (zoom), servindo para ampliar e melhorar a visualização dos detalhes não oportunizados pelos atlas linguísticos maiores. Nessa finalidade, comumente possuem uma rede de pontos mais densa, com menor equidistância entre os pontos de coleta; o questionário linguístico também é adaptado à realidade local.

Ilustrativamente, o *Atlas Linguístico do Brasil*, trabalho nacional, contemplou duas localidades no estado do Tocantins (região Norte): Natividade e Pedro Afonso, totalizando oito informantes. Já o trabalho estadual *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Tocantins* – ALiTTETO (Silva, 2018) ampliou a rede para 12 pontos, somando 96 informantes, uma vez que seu objetivo é mais particularizado e detalhado do que um atlas nacional como o ALiB; o questionário do ALiTTETO foi baseado no do ALiB, assim como o perfil dos informantes, para que a obra estadual dialogue com a nacional. Futuramente, um atlas de pequeno domínio em um dos pontos do território tocaninense (cidade, comunidade), possivelmente se restringirá a uma área menos amplificada e terá uma rede mais densa do que a utilizada no ALiTTETO.

A situação mencionada também pode ser exemplificada por meio do *Atlas Linguístico do Paraná* – ALPR (Aguilera, 1994), uma obra de abrangência estadual, que investigou 65 localidades, contrastando com o *Atlas Geossociolinguístico de Londrina* – AGELO (Romano, 2010), dedicado à análise geolinguística específica da cidade paranaense (atlas de pequeno domínio) e empreendido quase duas décadas depois do primeiro. (Figura 3)

Ambas as cartas apresentam as formas coletadas para a peça íntima do vestuário masculino em cujo ponto 11, Londrina, há no ALPR a citação de quatro formas: *zorba*, *ceroula*, *calção* e *cueca*, enquanto no atlas de pequeno domínio da cidade de Londrina (AGELO) apenas duas: *cueca* e *zorba*. Além do aspecto diatópico, a pormenorização presente no atlas de pequeno domínio também evidencia uma mudança dialetal, cujas variantes *ceroula* e *calção* não são registradas, e a presença de *zorba* é mais marcante entre os homens da segunda faixa etária.

**Figura 3** – Exemplo da carta do atlas estadual ALPR e do atlas de pequeno domínio AGELo

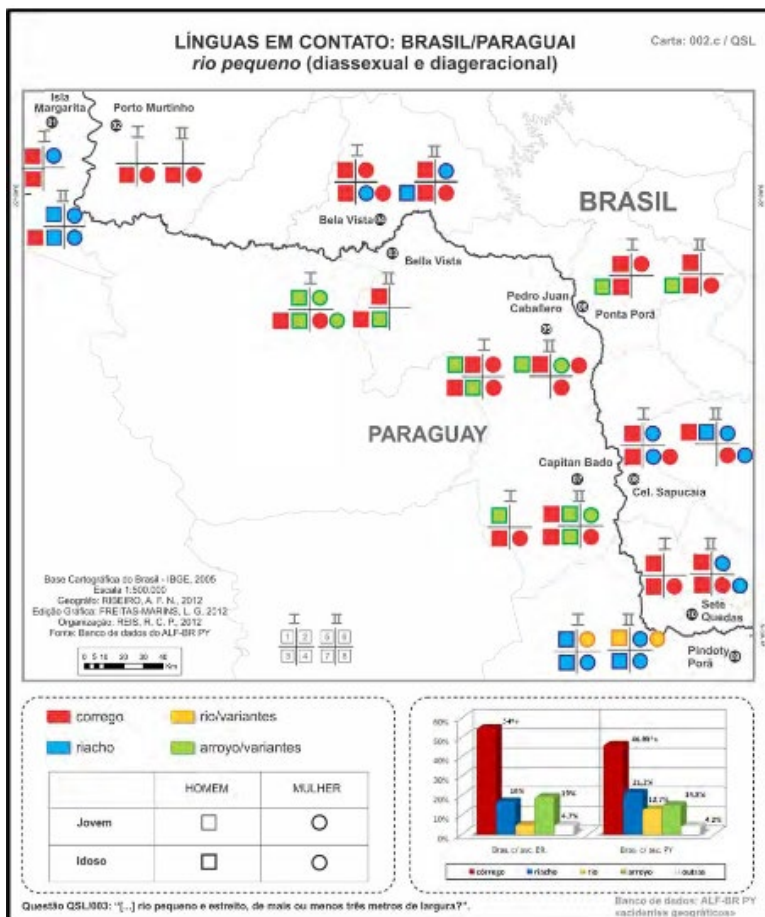


Fonte: Adaptado de Aguilera (1994); Romano (2010)

Os atlas “contatuais/fronteiriços”, por sua vez, contemplam diretamente as proposições imbuídas na linha teórico-metodológica da Geolinguística Pluridimensional, Contatual e Relacional, uma vez que objetivam a coleta e a análise contrastiva entre diferentes modalidades de língua, pois como indica Thun (2010, p. 4): “Parece dificilmente possível analisar a situação linguística real em qualquer país da América Latina (e de outras regiões do mundo) sem levar em conta o contacto linguístico”. Nessa tipologia, pode-se incluir, por exemplo, o *Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguai* (ALF – BR PY) (Reis, 2013), considerado ao mesmo tempo fronteiriço e contatual, pois trabalha com pontos de entrevistas no território brasileiro e paraguaio e, ao passo, coleta e descreve variedades vinculadas a basicamente três língua: português, espanhol e guarani (Figura 4).

A cartografia do ALF BR PY destaca a distribuição da rede de pontos fronteiriços nos dois países. Especificamente nesta carta, são descritas as variantes para um rio pequeno, de uns dois metros de largura, cujas variantes estão distribuídas em português (*córrego*, *riacho*, *rio*) e espanhol (*arroyo*). Importante notar que no lado paraguaio há a presença da forma *córrego*, possivelmente ocasionada pelo contato dialetal com o Brasil

**Figura 4** – Exemplo de carta do atlas contatual/fronteiriço ALF – PR PY



Fonte: Reis (2006)

Também pode contar nessa categoria o *Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará* – AGQUINPA (Dias, 2017), o *Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó e Ipanema de Pernambuco* – ALQUIMPE (Sá, 2018) e o *Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas* (ALiPAI) (Costa; Guedes; Razky, 2020). Neste último, o objetivo foi o mapeamento da língua portuguesa em contato com línguas faladas em quatro Terras Indígenas do Maranhão e do Pará, buscando averiguar a situação de bilinguismo ocasionada pelo contato entre as duas línguas.

Ademais, acrescenta-se que trabalhos “contatuais/fronteiriços” têm sido uma tendência na confecção de atlas, em especial na região Norte, onde atuam diferentes contatos intervarietais: do português com línguas indígenas, do português com modalidades procedentes da migração inter-regional, do português com as línguas de

fronteira (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa) e das modalidades faladas em comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas (Silva; Romano, 2022, p. 12).

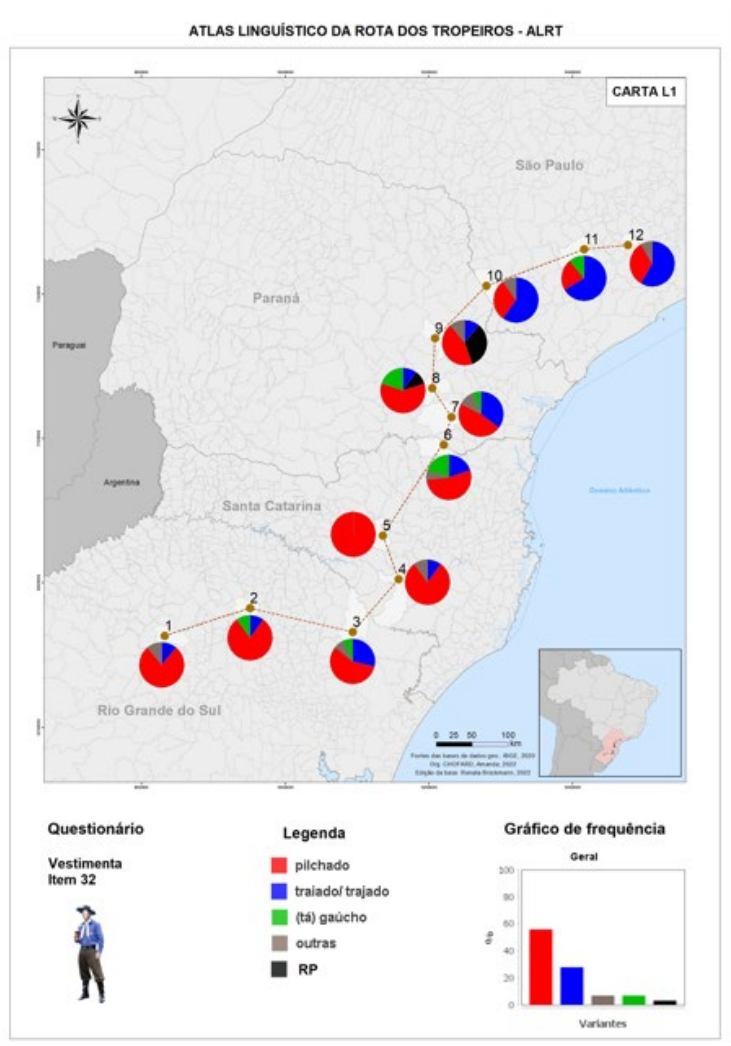
Como se pode notar, as classificações aqui propostas levam em consideração o critério principal da “área de abrangência dos atlas”, ou seja, a área de circunscrição do trabalho, de acordo com os critérios político-territoriais do Brasil: nacional, regional, estadual, local. Além desses atlas, julga-se oportuno e salutar outro tipo de atlas que não necessariamente está delimitado pelo critério territorial: o de ‘rotas histórico-linguísticas’.

Os atlas de rotas histórico-linguísticas contemplam antigas trilhas, caminhos ou zonas que atuaram como importantes entremeios comerciais, sociais ou linguísticos em seu tempo; também dizem respeito àquelas concentrações ou agrupamentos de pessoas que se formam em torno de áreas onde ocorre alguma atividade. Esse tipo de atlas busca a diatopia aliada ao aspecto diacrônico da língua, uma vez que oferecem uma visão abrangente das interações entre fatores linguísticos e eventos históricos, contribuindo para a compreensão das rotas pelas quais a língua se desenvolveu, espalhou e se transformou ao longo do tempo.

Pode ser incluído na classificação de atlas de rotas histórico-linguísticas o trabalho de Cuba (2015), que empreendeu um atlas linguístico do espaço em que Nascentes (1953) outrora definiu como ausente de características dialetais. O *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico* contemplou 11 localidades, distribuídas entre quatro estados federativos: Rondônia; Mato Grosso; Tocantins e Goiás – Pilar de Goiás. O *Atlas Linguístico Pluridimensional do Português Paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê* (Figueiredo Junior, 2018) também se caracteriza como exemplo de produção constante nessa categoria. Nele, foi realizado o estudo geolinguístico na região do interior paulista identificada por Amadeu Amaral, no *Dialeto Caipira* (1920). Ou seja, o estudo atual empreendeu um atlas de um espaço identificado em épocas passadas como detentor do dialeto rural, na perspectiva da identificação dos aspectos dialetais do que se intitula hoje como português caipira, uma abordagem que incorpora a sobreposição das camadas dialetais compreendidas em mais de 100 anos de história social e linguística da região.

Outro exemplo adicional à classificação dos “atlas de rotas histórico-linguísticas” foi, assim como os outros dois trabalhos supramencionados, delineado em tese de doutorado: o *Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros* (ALRT) (Chofard, 2023), o qual possuiu motivação pautada em um acontecimento histórico-econômico, cuja área de inquérito representa a antiga rota comercial, iniciada no século XVIII, entre a cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, até Sorocaba, em São Paulo, correspondente ao Caminho da Vacaria dos Pinhais. A partir de um perfil pluridimensional dos informantes e da análise dos dados, a autora indica a coexistência de diversos níveis linguísticos, revelando a presença de variantes [+RS] e [+SP], resultando em um contato intervareietal das variedades sul-rio-grandense e paulista na área linguística examinada.

**Figura 5** – Exemplo de carta do atlas de rotas histórico-linguísticas ALRT



**Fonte:** Chofard (2023)

A partir da cartografia delineada por Chofard (2023), fica evidente que o traçado da rede de pontos sobrepõe uma das antigas Rota dos Tropeiros, iniciada no ponto 01, na cidade de Cruz Alta-RS, indo até a cidade paulista de Sorocaba-SP, ponto 12. Além disso, a Carta L01 apresenta as variantes para o traje típico que inclui calças de couro ou bombachas (calças largas), botas, lenço e chapéu, evidenciando o caráter etnográfico que os questionários desse tipo de atlas podem ter.

## Considerações finais

Após a apresentação e descrição das oito categorias de atlas linguísticos, cabem algumas considerações. A presente proposta teve respaldo inicial no fato de que a Geolinguística no Brasil tem trilhado seu próprio caminho, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com a feitura do primeiro atlas estadual (1963), fornecendo as bases para o desenvolvimento de atlas subsequentes, o que culminou na criação do Projeto ALiB (1996), que definiu diretrizes para elaboração de atlas no território nacional. Nesse sentido, e decorridas algumas décadas, tem-se no Brasil uma profusão considerável de atlas linguísticos abarcando distintos domínios e com diferentes perspectivas, comumente descritos apenas como “atlas regionais”, definição muito ampla e inespecífica no cenário brasileiro.

Cabe acrescentar que todos os atlas linguísticos, independente da abrangência, possuem sua importância singular, uma vez que são interconectados e interdependentes, atuando em muitas frentes para a descrição dos veios dialetais brasileiros. Reitera-se que a proposta delineada para uma (re)classificação tipológica dos atlas linguísticos em oito tipos tem por finalidade fornecer aos geolinguistas brasileiros uma nomenclatura que reflita o contexto geolinguístico do país. Para isso, ampliou-se, a partir da proposta de Alinei (1994), para oito tipos de atlas linguísticos: continentais, grupos de línguas, nacionais, regionais, estaduais, pequeno domínio/locais, contatuais/fronteiriços e rotas histórico-linguísticas.

Desses destaca-se que os sete primeiros têm como perspectiva sua abrangência político-espacial brasileira, de acordo com a nomenclatura oficial (IBGE), no que subjaz o entendimento do contexto nacional, regional e local. Na sequência, os “atlas de rotas histórico-linguísticas” objetivam a descrição das nuances linguísticas em antigos caminhos, circunscrições comerciais e sociais que podem ou apresentam aspectos distintos em termos dialetais: rotas dos séculos passados, áreas dialetais indicadas por linguistas, entrepostos comerciais, garimpos, enfim, atlas que se predispõem a averiguar o comportamento da língua em seu uso diatópico e diacrônico.

Por fim, destaca-se que a intenção delineada neste contexto foi apresentar uma proposição mais alinhada aos métodos e procedimentos para a elaboração de atlas linguísticos no país, considerando também os direcionamentos da Geolinguística em solo brasileiro, na perspectiva de demonstrar a importância dessas obras que atuam de forma interconectada e sistêmica, em prol de um objetivo comum: a descrição da diversidade linguística em seus muitos e diversos espaços.

SILVA, Greize Alves da; ROMANO, Valter Pereira. Typology of linguistic atlases: a proposal for categorization in the Brazilian context. *Alfa*, São Paulo, v. 69, 2025.

- **ABSTRACT:** *The vast geospatial expanse of Brazilian territory, combined with its linguistic and social plurality, poses challenges to the creation of linguistic atlases, presenting a complex scenario for those seeking to describe the multifaceted nature of Portuguese and other languages through Geolinguistics. After 1996, the year the Linguistic Atlas of Brazil Project (ALiB) was launched, a robust growth in the production of atlases has been observed. These atlases, often developed as theses or dissertations, were made possible by a solid foundation of geolinguistic work. Moreover, it is noteworthy that Geolinguistics in Brazil has gained prominence as an area of interest rather than merely as an auxiliary method of Dialectology. Based on these observations and the growing production of linguistic atlases from different perspectives, this study aims to propose a typological (re)classification that expands Alinei's (1994) proposal for European atlases, from four to eight categories: continental, language groups, national, regional, state, small-domain/local, contact/border, and historical-linguistic routes, according to the scope and purpose of these works. For this purpose, a bibliographic survey with a critical-descriptive objective was conducted, analyzing canonical and contemporary geolinguistic works, with special emphasis on works from the Romance language family.*
- **KEYWORDS:** *Geolinguistics; Linguistic Atlases; Categorization of Brazilian linguistic atlases.*

### **Contribuição dos autores (conforme taxonomia CRediT)**

**Greize Alves da Silva:** Gestão de atividades e manutenção dos dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Visualização; Redação do rascunho original.  
**Valter Pereira Romano:** Conceitualização; Supervisão; Validação; Redação – revisão e edição

### **Declaração de disponibilidade de dados**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

### **Referências**

ALINEI, M. L'Atlas Linguarum Europae: resultati, struttura, storia, prospettivi. In: MOUTON, P. G. (org.). **Geolinguística**. Trabajos Europeos. Madrid: Conjero de Investigaciones Científicas, 1994.



ALVAR, M. Karl Jaberg y la geografía lingüística. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, Madrid, v. 29, n. 1, 3 ed., p. 301, 1973. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/653a3933b9fa0643a8482f1a5cd2f57a/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1817834>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ALVAR, M. Proyecto de un atlas lingüístico de Hispanoamérica. **Cuadernos Hispanoamericanos**, n. 409, p. 53-68, 1984. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcdj5z5>. Acesso em: 6 mar. 2024.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura/Ciência e Tecnologia, 1976 [1920].

AMARAL, M. P. do. Um marco dos estudos dialetológicos: I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia. **Revista Investigações**, Rio Grande, v. 32, n. 2, p. 419-435, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/241736>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ASCOLI, G. I. **Saggi ladini**. Volume 1 de Archivio Glottologico Italiano. 1873. 556 p.

ASCOLI, G. I. **Del nesso ario-semitico**. Lettera al professore Adalberto Kuhn di Berlino. II Politecnico, v. 21, 1864, p. 190-216.

ASCOLI, G. I. **Del nesso ario-semitico**. Lettera seconda al professore Francesco Bopp. II Politecnico, v. 22, 1864, p. 121-151.

ASCOLI, G. I. **Studi ario-semitici**. Memorie del Reale Istituto Lombardo, cl. II, v. 10, 1867, p. 1-36.

ATLAS LINGUARUM EUROPÆ. [on-line]. Disponível em: <http://www.lingv.ro/ALE.html>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BARTOLI, M. G. **Saggi di linguistica spaziale**. Torino: Vincenzo Bona, 1945.

CARDOSO, A. Geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?. **Revista do GELNE**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 1-16, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9088>. Acesso em: 6 mar. 2024.

CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 855-870, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/v3JHS56nn7zfc4RHRK6GYgD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CASTAÑER, R. M. M. Aragón en los atlas lingüísticos. In: ENGUITA, J. M. (ed.). I Curso de Geografía Lingüística de Aragón. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1991, p. 327- 351. In: CONTINI, M.; TUAILLON, G. (eds.): **Atlas Linguistique Roman (AliR)**. Roma: Istituto Poligraficoe Zecca dello Stato-Libreria dello Stato Vol. I. Présentation, 1996, p. 230-231. Disponível em: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000011/00000095.pdf>. Acesso em 01 mar. 2021.

CASTILHO, A. T. de. A propósito do atlas lingüístico da Península Ibérica. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 3, 2001 [1963]. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3207>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P. **La dialectología**. Tradução Carmen Morán Gonzáles. Madrid: Visor Libros, 1994.

CHOFARD, A. **Contatos intervaretais das variedades sul-rio-grandense e paulista nos dados do Projeto Atlas Linguístico da Rota dos Tropeiros**. 2023. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001**. Londrina: Eduel, 2001.

CONTINI, M.; TUAILLON, G. (ed.). **Atlas Linguistique Roman (AliR)**. Roma: Istituto Poligrafico Zecca dello Stato-Libreria dello Stato. vol. I. Présentation, 1996, p. 230-231. Disponível em: <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000011/00000095.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

COSERIU, E. **Principios del análisis estructural del lenguaje**. Madrid: Gredos, 1977.

COSERIU, E. **Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido**. Madrid: Gredos, 1982.

COSTA, D. A. da; MOTA, C. da S.; RAZKY, A. Como diz a pessoa que “fala demais” em Língua Brasileira de Sinais: um registro dos fraseologismos populares em Libras no Atlas Linguístico Brasileiro. In: WORKALIB – WORKSHOP DO PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL, 15, 2023, Campo Grande. **Pôster apresentado**, Campo Grande: UFMS, 2023.

COSTA, E. O. da; RAZKY, A.; GUEDES, R. J. da C. O português falado em comunidades indígenas de língua Tupí-Guaraní nos estados do Pará e Maranhão: o contínuo dialetal étnico/não étnico no campo semântico Atividades Agropastoris. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/xmB663HqxBsYNyH8Zr7Y4rp/?lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CUBA, M. A. **Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

DE MAURO, T. **Dizionario biografico degli italiani**. Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A. 1964. Disponível em: <https://www.treccani.it/biografico/index.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Lingüística**. Tradução Frederico Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

FERNÁNDEZ, F. M. Geografía lingüística de Hispanoamérica. *In*: ENGUITA, M.; BUESA, T.; ZORRAQUINO, M. A. M. (ed.). **Jornadas Internacionales en Memoria de Manuel Alvar**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico y Gobierno de Aragón, 2005. p. 89-108. Disponível em: [https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/25/32/\\_ebook.pdf#page=84](https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/25/32/_ebook.pdf#page=84). Acesso em: 31 jul. 2023.

FIGUEIREDO, C. R. de S. **Topodinâmica do português gaúcho em áreas de contato intervareta do Mato Grosso**. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FIGUEIREDO JUNIOR, S. R. **Atlas linguístico pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê**. 2018. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-12072019-155328/pt-br.php>. Acesso em: 11 jan. 2024.

GARCÍA MOUTON, P. (coord.). **Atlas Lingüístico de la Península Ibérica**. Edição digital de Tomás Navarro Tomás (dir.). Madrid: CSIC, 2016. Disponível em: <http://alpi.csic.es/pt-pt/alpi/un-atlas-de-gran-dominio>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GRASSI, C. **Elementi di dialettologia italiana**. 2. ed. Torino: Giappichelli, 1982.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.

GIRALDO, J. J. M.. **Dialectología general e hispanoamericana: orientación teórica, metodológica y bibliográfica**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

HENSEL, G. **Synopsis universae philologiae**: in qua: miranda unitas et harmonia linguarum totius orbis terrarum occulta, e literarum, syllabarum, vocomque natura & recessibus eruitur. Homann, 1741.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Noções Básicas de Cartografia**. Manuais Técnicos em Geociências, n. 8, Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Introdução ao Ambiente SIG QGIS**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://geofpt.ibge.gov.br/metodos\\_e\\_outros\\_documentos\\_de\\_referencia/outros\\_documentos\\_tecnicos/introducao\\_sig\\_qgis/Introducao\\_ao\\_ambiente\\_SIG\\_QGIS\\_2edicao.pdf](https://geofpt.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/outros_documentos_tecnicos/introducao_sig_qgis/Introducao_ao_ambiente_SIG_QGIS_2edicao.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

IORDAN, I. **Introdução à Linguística Românica**. Tradução Julia Dias Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

JABERG, K. **Estudios de geolingüística**: sobre problemas y métodos de la cartografía lingüística. Madrid: Granada, 1995.

KOCH, W.; KLASSMANN, M. S.; ALTENHOFEN, C. **Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.

KURATH, H. **Studies in area linguistics**. Bloomington: Indiana University Press, 1972.

LAMELI, A. Linguistic atlases: traditional and modern. In: AUER, P.; SCHIMIDT, K. E. (org.). **Language and space**: theories and methods: an international handbook of linguistic variation. 2010. p. 567-592. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/292405402\\_Linguistic\\_atlases\\_Traditional\\_and\\_modern](https://www.researchgate.net/publication/292405402_Linguistic_atlases_Traditional_and_modern). Acesso em: 7 mar. 2024.

LUDWIG, C.; SILVA, G.; ROMANO, V.; CARNEIRO, B. **Proposta de Atlas Lingüístico da Libras**. Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.

MERLO, C. (ed.) **L'Italia dialettale**: rivista di dialettologia italiana. Pisa: Arti Grafiche Pacini Mariotti, 1924. Inclui: Bollettino dell'opera del vocabolario della Svizzera italiana, n. 1, julho 1925.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

PISANI, V. **Geolingüística e Indoeuropeu**. In Memorie della R. Accademia dei Lincei. Roma: Roma: Giovanni Bardi, 1940.

POP, S. **La dialectologie**. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques. I. Dialectologie romane, Gembloux, Duculot, 1950.

RABANUS, S. **Morphosyntaktische Variation in den Dialekten Norditaliens**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011. (Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik – Beihefte, 147).

RADKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la lingüística románica. *In*: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie. 1996. p. 25-49. Tradução Minka Pickbrenner, Rita Dolores e Cleo Vilson Altenhofen. **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, n. 5, p. 31-51, jan. 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/257434>. Acesso em: 15 jan. 2024.

REIS, R. C. P. **Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira Brasil/Paraguai (ALF-BR/PY)**. 2006. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

REIS, R. C. P. **Variação linguística do português em contato com o espanhol e o guarani na perspectiva do Atlas Linguístico Contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguai (ALF-BR/PY)**. 2013. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v. 13, p. 203-242, 2013.

ROMANO, V. P. Desdobramentos, desafios e perspectivas da geolinguística pluridimensional no Brasil. *In*: MOTA, Jacyra Andrade *et al.* (org.). **Contribuições de estudos geolinguísticos para o Português Brasileiro: uma homenagem a Suzana Cardoso**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 11-39.

ROSSI, N. *et al.* **Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1963.

SÁ, M. do C. de. **Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó e Ipanema de Pernambuco (ALQUIMPE)**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, G. A. da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALiTTETO)**. 2018. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SILVA, G. A. da; ROMANO, V. P. O atlas linguístico do Brasil e os atlas de pequeno domínio: complementações e propósitos. *In*: SILVA, G. A. da; ROMANO, V. P. (org.). **Tendências da Geolinguística brasileira e a nova geração de Atlas Linguísticos**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 17-46.

TELES, A. R.; RIBEIRO, S. Apresentando a cartografia aos linguistas: o Projeto ALiB. *In*: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. (org.). **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 207-226.

THUN, H. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY* (21: 1995: Palermo). **Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza**. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

UNIVERSITY OF OXFORD. **Romance Linguistics at Oxford**. University of Oxford, 2016. Disponível em: <https://www.ling-phil.ox.ac.uk/romance-linguistics/resources/romance-linguistic-atlases/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VENY, J. **Introducción a la Dialectologia catalana**. Barcelona: Biblioteca Universitària, 1986.

WENKER, G. (1889-1923). **Sprachatlas des Deutschen Reichs**. Original desenhado à mão por Emil Maurmann, Georg Wenker e Ferdinand Wrede. Marburg. Publicado como Digital Wenker Atlas (DiWA). Disponível em: [www.regionalsprache.de](http://www.regionalsprache.de). Acesso em: 15 jan. 2024.

WOUK, M. **Estudo etnográfico-lingüístico da comunidade ucráína de Dorizon**. Curitiba: Projeto, 1981.

Recebido em 26 de junho de 2024

Aprovado em 6 de janeiro de 2025

**Editora responsável:** Gisele Cássia de Sousa